

Teses dos economistas do PMDB

A palavra de ordem da nova equipe econômica do governo é dinheiro novo. Se os credores externos não aceitarem essa condição para a renegociação da dívida, os economistas do PMDB não conseguirão sequer traçar uma política econômica, alertam economistas como Carlos Alberto Longo (Fipe) e Yuichi Tsukamoto (FGV). Antônio Kandir e Frederico Mazuquelli (Unicamp) acham uma levianidade cogitar do insucesso neste momento, mas admitem que, sem novos empréstimos, a margem de manobra será muito reduzida e o governo Sarney terá de restringir-se a medidas de curtissimo prazo, como as que já foram adotadas — acordos de cavalheiros para baixar juros e tabelar margens de lucros de supermercados.

Apesar dessa "levianidade", ninguém chega a descartar totalmente a possibilidade de uma terapia de choque para a economia brasileira, em caso de fracasso das receitas em vigor. Ela é, até mesmo, defendida por Longo, que, no entanto, considera necessário, primeiro, reduzir o déficit público. Tsukamoto vai mais além: para adotá-la, Sarney terá de contar com um vasto apoio da população, sem o qual as consequências políticas poderiam ser extremamente dolorosas, como a volta do autoritarismo, por exemplo. Kandir acredita que, se o quadro continuar difícil até fevereiro/março de 1986, esta pode ser uma alternativa, "embora indesejável", na medida em que os argentinos provem o acerto de seu receituário. De qualquer forma, afirma, não serão os economistas do PMDB a aplicá-la. Outros serão chamados. Já Mazuquelli crê que a formação moral de Sarney, não permitirá a adoção de tamanha política de choque.

Para os estruturalistas, a tese do dinheiro novo está intimamente ligada ao combate à inflação combinado com estímulo ao crescimento econômico e à redução do déficit público. Com novos créditos, explica Kandir, o setor público, que detém a maior fatia da dívida externa, deixa de recorrer às emissões de moeda e títulos para financiar a compra dos dólares dos exportadores — que são os que de fato geram o superávit comercial —, dólares esses destinados ao pagamento do serviço dos débitos. Em suma, o dinheiro novo é que pagará os juros da dívida, desafogando assim não só a situação financeira das

empresas estatais, mas também a oferta de crédito para o setor privado, o que permite uma aceleração dos investimentos produtivos.

MODELO DEFASADO

Com essa folga, a sociedade como um todo aceitaria mais facilmente um combate duro e sistemático à inflação, além de reformas de base na estrutura fiscal e do sistema financeiro, acrescenta Kandir. Observa que tal ambiente permitiria ao PMDB recriar condições favoráveis para montar a sua estratégia de política econômica de longo prazo, já que o modelo idealizado nos anos 70, a partir das críticas feitas às diretrizes de Simonsen e Delfim, "acabou ficando um pouco defasado da realidade atual", na medida em que a crise econômica se agravou.

Esse ideário contraria frontalmente o pensamento de Delfim Netto e Affonso Pastore de que, com o atual superávit comercial, a entrada de novos créditos em dólares serviria apenas para elevar o déficit público, pois exigiria a emissão de mais cruzeiros, e aumentar a dívida externa. Diz-se à boca pequena, aliás, que Delfim voltou à Fipe, após sair do governo, para tentar entender a terapêutica do dinheiro novo pregada pelo PMDB.

Carlos Alberto Longo, que se declara um "independente", é tido como monetarista e tem prestado serviços sistemáticos de consultoria ao governo Sarney, também tem sua tese esboçada sobre o dinheiro novo. Com o seu ingresso, o País pode-se dar ao luxo de não perseguir com tanto afinco os superávits na balança comercial. Importa-se mais, exporta-se menos, portanto, também se emite menos; as operações de crédito do setor público junto aos bancos privados são transferidas para bancos estrangeiros; o setor financeiro passa a oferecer maior volume de crédito para as empresas privadas, baixando os juros paralelamente.

ECONOMISTAS DEMAIS

Por sua vez, Tsukamoto não vê muita viabilidade de ingresso de novos empréstimos externos, mas acha que, sem eles, o País corre o risco de cair em uma "moratória branca". A tese do economista da FGV é muito diferente: o problema, em seu entender, é que o Brasil ainda não se conscientizou de que é uma economia de escassez formada por diversas eco-

nomias regionais desiguais, heterogêneas e com características peculiares. O outro problema, para ele, é que há economistas demais no poder, quando o que se precisa, na verdade são administradores financeiros, gente que entenda de números, de fluxo de caixa, que saiba avaliar os efeitos da inflação.

Essa, aliás, é uma das críticas mais correntes entre os economistas mais conservadores aos estruturalistas. Há quem diga, por exemplo, que Luiz Gonzaga Belluzzo não entende nada de números; que a linha de frente da economia do PMDB vive de um discurso ideológico-partidário, que depois de tantos anos destilando suas teses, eles se consideram os donos da verdade. Mazuquelli, da Unicamp, contesta, afirmado, por exemplo, que Maria da Conceição Tavares é matemática por formação; José Serra, engenheiro, sem contar os diversos econometristas do grupo. "Ocorre que, na Unicamp, não há a panacéia da econometria", enfatiza, lembrando que tais críticas caem no vazio com a criação, este ano, do Instituto de Economia no campus da Princesa D'Oeste.

A CURTO PRAZO

Com ou sem números, tem-se como certo que a equipe econômica do governo levará pelo menos um mês para acertar os ponteiros e que, apenas no primeiro trimestre de 1985 — com uma renegociação externa no mínimo já encaminhada —, é que haverá uma definição do quadro e das perspectivas econômicas do País. Até lá, o governo terá de lidar com simples diretrizes conjunturais de curto prazo, algumas até muito semelhantes às que os economistas do PMDB criticavam nos tempos de Simonsen e Delfim.

Até lá também, concordam economistas de todas as correntes, o setor externo da economia permanece em uma situação de bastante conforto. Os problemas mais explosivos serão mesmo a expansão do endividamento interno do setor público e a inflação. O que se pode esperar, então, segundo Mazuquelli, são medidas que freiem a inflação na casa dos 200%; que reduzam os juros, inclusive por meio de menor colocação de títulos do Tesouro no mercado, e até alguns cortes adicionais nos custeios e investimentos de empresas estatais.